

SISTEMA FAEP



BOLETIM

informativo

Ano | n° | 20 a 26 de julho
XXIV | 1059 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

NORTE PIONEIRO

A hora e a vez dos cafés especiais

Pág. 2



**Ministro radiografa
o Código Florestal**

Pág. 12

**Mundo terá 243,73 milhões
de toneladas de soja**

Pág. 5

**Tudo e mais um pouco
sobre o seguro rural**

Pág. 6

O CAFÉ DO NORTE PIONEIRO

Uma nova marca, uma nova imagem

Até a geada negra de 1975, o café reinou absoluto pelo território paranaense. Desde então, gradativamente, teve reduzida sua participação na produção cafeeira do país e atualmente há pouco mais de 13 mil propriedades de onde saem 2,2 milhões de sacas a cada ano. Desse total, 42 mil hectares estão no Norte Pioneiro, que concentra 7,5 mil fazendas.



É nessa região, como um presente do céu, que ocorre uma combinação de altitude (entre 650 a 850 metros) e latitude (20 graus), e uma temperatura média anual entre 19 a 21 graus. Somados à fertilidade da terra vermelha, essas características fornecem um café suave com tendência cítrica, caramelizado-achocolatado-cremoso, o que o torna muito utilizado na mistura com o Blend. A vocação do Norte Pioneiro é a produção de cafés especiais. Mais de uma centena de produtores dessa região estão nesse caminho. Dois bons exemplos são a Fazenda Califórnia e a Pilar.

Uma Califórnia bem brasileira



Luiz Roberto Saldanha Rodrigues

Centenária, a Fazenda Califórnia, em Jacareizinho, é uma das testemunhas da época em que o café reinava na economia brasileira. Ainda imponente, a propriedade foi adquirida em 2004 pela família do agrônomo Luiz Roberto Saldanha Rodrigues, e desde então foi reestruturada e voltada à cafeicultura sustentável. Em seus 1.500 hectares, dos quais 200 com café, há todo um cuidado no sistema de colheita e processamento, com boas práticas de manejo fitossanitário e nutricional, mantendo-se um rigoroso controle de pragas e efetiva rastreabilidade de todos os lotes.

Em parceria com o SENAR todos os funcionários são treinados e capacitados de acordo com suas funções. Há ainda um programa sobre Qualidade de Vida na Família, qualificando as pessoas não somente para suas atribuições profissionais, mas também ao desenvolvimento pessoal.

Como na canção de Toquinho, o também centenário pé de jatobá convida "... a ver na manhã de um domingo meu filho sorrir pra mim/depois dormir à sombra de um jatobá..." e a circular por entre os cafezais e pés de babosa, que compõem o

cenário com a soja, trigo e cana-de-açúcar. De uma sala exala o aroma das provas realizadas para garantir os atributos (fragrância, doçura, corpo, gosto remanescente e acidez), permitindo a classificação definitiva como cafés especiais apenas àqueles que atingem nota superior a 80. A certificação é feita por órgãos como a Associação Brasileira de Cafés Especiais (ABCE) com reconhecimento no mercado internacional.

O processo de produção de um café de alta qualidade se inicia com a escolha das sementes. A Fazenda Califórnia recebe as sementes de Café Arábica de parceiros do Instituto Agrônomo de Campinas. É desse embrião que se inicia a jornada de desenvolvimento das árvores frondosas que geram os frutos de café. Após dois a três anos, com as

primeiras chuvas da primavera, as flores do café exalam seu perfume peculiar pelas plantações. A Califórnia aguarda sua primeira colheita para este ano na expectativa de embarcá-la para outros países. Possíveis compradores visitaram a região no início deste mês. Uma missão espanhola composta por comerciantes, baristas e provadores vieram especialmente para conhecer o café do Norte Pioneiro, resultado do trabalho realizado pelos produtores que se uniram em torno da Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP), que tem o apoio do Sistema FAEP, entre outras entidades. "O paladar do brasileiro está condicionado a um café de menor qualidade. Nosso desafio é conquistar o consumidor pela qualidade do nosso produto", diz Saldanha Rodrigues.



✓ De 06 a 09 de agosto, no Mercado Municipal de Curitiba, ocorre a "Avenida do Café", um evento que vai mostrar a cadeia produtiva do café no Paraná e busca estimular o consumo de cafés de qualidade superior entre os curitibanos.

✓ Guilherme Lange Goulart assume em 19 de agosto a presidência da Comissão de Cafeicultura da FAEP. Goulart é, além de um batalhador pela qualidade do café consumido no mercado brasileiro, um produtor de cafés especiais do Norte Pioneiro.

Na Pilar, o café premiado

A história da Fazenda Pilar, em Cornélio Procopio, não é muito diferente da Califórnia. Com 100 anos, ela vivenciou o auge e a decadência do café. Seu proprietário, João LOTHÁRIO Meissner desanimou com a geada ocorrida em 1929, quando perdeu a plantação de café e voltou para Curitiba, tornando-se prefeito da capital entre 1932 a 1937. A Fazenda permaneceu abandonada por muitos anos. A visão administrativa do proprietário atual Carlos Maissners levou a busca de uma gestão profissionalizada.

O gerente de desenvolvimento da propriedade, Marco Antônio Cravo, explica que o planejamento estratégico começou em 2000, vislumbrando um aumento da demanda. Até então, a área de 1170 hectares era toda destinada ao café. Quatro anos depois começou a troca por lavouras novas com, em média, dois mil pés sendo plantados por ano. Hoje são 750 mil pés de café em uma área plantada de 150 hectares, com meta de se agregar mais 130 hectares até 2012 passando para 1,3 milhões de pés de café. A produção da Fazenda Pilar tem destino certo. Beneficiada também pela sua localização, vizinha da Companhia Iguaçu que absorve boa parte da produção do café comercial.

O café especial começou em 2008 e já nasceu premiado. Foi escolhido como o melhor café da Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé). Os métodos para classificação de cafés especiais levam em conta os atributos e

aroma, corpo, sabor ou acidez.

A gestão profissionalizada da fazenda também tem chamado a atenção da população. O zelo e o cuidado com que ela é administrada são percebidos nas casas dos funcionários. Plantas nas janelas, tape-



não os defeitos dos cafés. Segundo o sistema de classificação de cafés verdes, elaborada por Ted Lingle, presidente da SCAA - Specialty Coffee Association of America, um café especial não pode ter defeitos, e deve ter no mínimo um atributo bem definido de

tes nas entradas, cores que levam os filhos dos moradores a acreditarem que vivem numa das histórias de Monteiro Lobato.

ACENPP

O presidente da Acenpp (Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná), Luiz Fernando de Andrade Leite, explica que 97% da população apreciam a bebida e que o mercado de café especial tem crescido em torno de 20% ao ano. Considerado uma bebida nobre, o café lembra as características do vinho. Ambos requerem os cinco sentidos para serem degustados. O objetivo da Acenpp é fazer do café o primeiro produto paranaense com registro de procedência. A Acenpp preparou um dossiê e deu entrada no registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) reivindicando o registro de Indicação de Procedência (IP) do Norte Pioneiro do Paraná como uma região produtora de café. "Com o certificado vamos comprovar que produzimos um grão diferenciado e de alta qualidade, talvez um dos melhores do Brasil e até do mundo".

Outra conquista importante da entidade foi a inclusão do Norte Pioneiro no guia internacional de cafés de qualidade da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC). Os produtores estão ansiosos e nada de esperar para colher os frutos. A próxima etapa é de desenvolvimento de logomarca, embalagens e material publicitário.

Benefícios do Café

Entre 3 a 4 xícaras de café ao dia trazem mais prazer e saúde a sua vida

O café contém, além da cafeína, diversas substâncias importantes para o organismo como minerais, niacina, antioxidantes, ácidos clorogênicos e os quinídeos.

Pesquisas comprovam que o consumo diário e moderado de café previne uma série de doenças físicas e mentais.

O consumo de frutas e vegetais está relacionado com menor risco de câncer. O consumo diário e moderado de café (3 a 4 xícaras) está associa-

do a uma menor incidência de câncer de cólon/reto, mama e fígado.

Estudos epidemiológicos sugerem um papel protetor do consumo regular de café sobre as doenças de Parkinson e Alzheimer.

Pacientes asmáticos que tomam café apresentam menor incidência de crises, pois a cafeína presente no café possui efeito broncodilatador, que é benéfico em casos leves de asma.

Estudos recentes mostram que o consumo diário de até 6 xícaras de café poder prevenir o surgimento do diabetes no adulto.

MERCADO / CONJUNTURA AGROPECUÁRIA**Gilda Bozza**

Gilda Bozza é economista do DTE/FAEP

RELATÓRIO USDA

Produção mundial de soja prevista em 243,73 milhões de toneladas

Relatório de julho do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), com a oferta e demanda mundial de soja para a safra 2009/10, aponta que a produção mundial foi revista para 243,73 milhões de toneladas, contra 241,67 milhões do relatório de junho, indicando estoques finais mais elevados, de 51,02 milhões para 51,83 milhões de toneladas. A relação estoque final/consumo é de 22,3%.

A produção norte-americana foi reajustada para 88,72 milhões de toneladas, ou seja, mais 1,77 milhão de toneladas em relação ao relatório de junho que apontava uma produção de 86,95 milhões de toneladas. Os estoques finais norte-ameri-

canos subiram para 6,79 milhões de toneladas. O mercado já tinha absorvido essa tendência. No momento, o que influencia os preços é o chamado "mercado do clima".

Em relação ao Brasil, o Usda manteve a produção estimada em junho, de 60,0 milhões de toneladas. Quanto à Argentina a produção foi prevista em 51,0 milhões de toneladas.

Na segunda-feira (13), a previsão de clima favorável repercutiu nas cotações do mercado futuro. Com isso, os contratos para julho/09 fecharam a US\$ 24,06 por saca, equivalente ao dólar do dia, a R\$ 47,64 por saca. Já os contratos para setembro/09 foram negociados a US\$ 21,06 por saca, correspondente a R\$ 41,71 por saca.

Produção de milho também é revista

A produção mundial de milho deverá ser de 789,83 milhões de toneladas e não mais de 781,46 milhões de toneladas. Quanto aos estoques finais, as estimativas foram reavaliadas para 139,17 milhões, contra 125,46 milhões de toneladas constantes do relatório de junho. De acordo com o Usda, a relação estoque final/consumo mundial é de 17,5%.

Em relação aos Estados Unidos, não obstante as expectativas do mercado de números menores, a produção foi prevista em 312,18 milhões contra 303,16 milhões de toneladas constantes do relatório de junho. O estoque final foi previsto de 39,38 milhões de toneladas e as exportações devem somar 49,53 milhões de toneladas.

Para a Argentina, o Usda prevê uma produção, em condições normais de clima, de 15 milhões de toneladas.

Quanto ao Brasil, o Usda manteve a produção em 54 milhões de toneladas, as exportações passaram para 9 milhões de toneladas e os estoques finais foram reajustados para 9,08 milhões de toneladas.

De acordo com a leitura do mercado, entendendo o relatório do milho como baixista, as cotações do mercado futuro registraram queda. Na Bolsa de Chicago (CBOT), os futuros para julho fecharam a US\$ 8,48 por saca, correspondente a US\$ 16,79 por saca. As posições de setembro/09 encerraram a sessão em US\$ 7,83/saca de 60 kg.

No momento, o que influencia os preços é o chamado "mercado do clima"

Novos números para produção de trigo

A produção dos EUA foi estimada em 57,49 milhões de toneladas; o consumo está previsto em 34,37 milhões de toneladas, as exportações passaram para 25,17 milhões de toneladas. O estoque final passou de 17,61 milhões para 19,23 milhões de toneladas.

No entanto, a produção mundial de trigo está prevista em 656,48 milhões de toneladas, contra 656,06 milhões de toneladas do relatório de junho. O consumo mundial foi reavaliado para 642,56 milhões de toneladas. Já os esto-

ques finais passaram de 182,65 milhões para 181,28 milhões de toneladas.

Na Argentina a produção foi reajustada de 11,0 milhões para 9,50 milhões de toneladas, ou seja, um milhão e quinhentas mil toneladas a menos. As exportações foram igualmente reduzidas, passando de 5,50 milhões para 4,0 milhões de toneladas. Quanto ao Brasil, o Usda manteve estável a produção em 5,50 milhões de toneladas. As importações brasileiras do cereal estão estimadas em 10,5 milhões de toneladas.

PROTEÇÃO

Seguro rural enfrenta o desafio da massificação

Os produtores do município de Assis Chateaubriand, no Oeste do Paraná, sabem bem a importância de colocar as lavouras no seguro. Na safra passada, a seca arrasou as plantações de soja e milho. Os 357 sinistros registrados levaram a uma indenização de 10,23 milhões de reais. Proporção de 1 para 6 entre o que a seguradora arrecadou e o que foi gasto para indenizar os produtores.

“Foi o dinheiro arrecadado em outras regiões que garantiu a indenização dos produtores de Assis e vários outros municípios paranaenses. É um exemplo nítido da importância de massificar o seguro rural no País e dispersar os riscos”, avalia Pedro Loyola, do Departamento Técnico-Econômico da FAEP.

No quadro estadual, como um todo, não foi diferente. Na safra 2008/2009, chegou a 195% o índice de sinistros nas lavouras com seguro do Banco do Brasil no Paraná. Para cada real cobrado dos produtores, dois reais de indenização.

A seguradora teve prejuízo, então? Não, por que no quadro nacional o índice de sinistros foi de 70%, ou seja, sobrou ainda uma margem de lucro. “Seguro é mútuo. Quanto mais você massificar e dispersar o risco, melhor. A seguradora precisa de equilíbrio, precisa de vendas fortes. Quando o produtor faz seguro para as duas safras, ele está garantindo a safra de maior risco, que é a de inverno”, avalia Carlos Eduardo Rodrigues, gerente da Aliança, que detém 63% dos contratos de seguro rural no País.

Nova realidade

Em anos anteriores, até a última hora havia dúvida se haveria ou não oferta de seguro para as culturas de inverno. Neste próximo ciclo a ofer-



Seguradoras já levam em conta produtividade média histórica do produtor, e não a média do IBGE ou Deral

ta está garantida.

Aos poucos, com a massificação do seguro rural, as condições vão ficando mais atraentes para os produtores. Em Guarapuava, por exemplo, a cobertura para o milho passou a ser de 70% de uma produtividade média de 9 mil quilos por hectare, contra 7 mil quilos considerados no ciclo anterior. No ano passado, a cobertura era de 60% para o trigo e o milho safrinha, o que mudou para 70% na safra atual.

“Neste ano, demos uma boa subida em todas as produtividades no Paraná. Já nem falamos mais em produtividade média pelo IBGE ou Deral, mas conforme o histórico de cada produtor. Dá para sentir a diferença, o seguro melhorou”, diz

Carlos Eduardo.

Um hábito que não tem ajudado muito a massificar o seguro é o de contratar a apólice somente para a área financiada. “O produtor pode financiar 10% da área e fazer seguro para 100%, com direito a igual subvenção do governo e mesma faixa de cobertura”, lembra Pedro Loyola. “O seguro deve ser visto como parte do custo de produção e como instrumento de gestão de risco”, acrescenta.

Veja nas tabelas a seguir as condições para contratar seguro agrícola nas principais regiões produtoras paranaenses e uma simulação de cobertura, em caso de sinistros. Mais sobre seguro rural também no *Fale Conosco*, página 20.

Aliança do Brasil ▢ Simulação de condições para contratação de seguro agrícola

		Produtividade esperada	Cobertura	Produtividade coberta	Taxa para prod. coberta	Taxa com subvenção do Governo	Orçamento (fictício)	Prêmio pago pelo produtor
		(kg/ha)	(%)	(kg/ha)	(%)	(%)	(R\$)	(R\$)
Guarapuava	Milho	9.000	70%	6.300	5,34%	2,67%	100.000	2.668,58
	Soja	3.500	70%	2.450	5,92%	2,96%	100.000	2.960,92
Londrina	Milho	6.384	70%	4.469	5,41%	2,70%	100.000	2.702,54
	Soja	3.094	70%	2.166	6,30%	3,15%	100.000	3.148,20
Cascavel	Milho	9.000	70%	6.300	5,34%	2,67%	100.000	2.668,58
	Soja	3.000	70%	2.100	6,30%	3,15%	100.000	3.148,20
Pato Branco	Milho	7.646	65%	4.970	5,08%	2,54%	100.000	2.541,50
	Soja	3.250	70%	2.275	5,40%	2,70%	100.000	2.700,00

Aliança do Brasil ▢ Simulação de sinistros de seguro agrícola

	Sem direito a indenização	Com direito a indenização - parcial	Com direito a indenização - total
Cultura	Milho	Milho	Milho
Irrigado	NÃO	NÃO	NÃO
Município	Guarapuava	Guarapuava	Guarapuava
Importância segurada (R\$)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Produtividade esperada por hectare/por município	9.000	9.000	9.000
Nível máximo de cobertura por município	70%	70%	70%
Produtividade segurada por hectare	6.300,00	6.300,00	6.300,00
Produtividade obtida por hectare	6.800,00	5.000,00	-
Produtividade segurada – produtividade obtida	(500,00)	1.300,00	6.300,00
Percentual de prejuízo em relação à prod.obtida		20,63%	100,00%
VALOR DA INDENIZAÇÃO		R\$ 20.634,92	R\$ 100.000,00

Seguro do trigo já tem subvenção estadual

Foi publicado o Decreto 5072 que regulamenta a Lei 16.166, prevendo subvenção estadual ao prêmio do seguro do trigo no Paraná. A subvenção será de 15% do prêmio, complementando a subvenção de 70% já concedida pelo governo federal. Para os produtores que aderirem ao Programa de Irrigação Noturna (PIN), o governo concede mais 15%, totalizando o prêmio do seguro rural pago pelo produtor.

A Agência de Fomento tem verba de R\$ 6 milhões para a subvenção, que é retroativa a março deste ano. A subvenção funcionará como um desconto na hora de quitar a apólice – geralmente na data em que vence o financiamento de custeio. A seguradora dá o desconto e recebe do governo. Ainda está em estudo uma forma de ressarcir contratos já quitados. A dificuldade é que o governo, por lei, não pode fazer pagamento direto aos produtores.

0 ano do seguro

Em 2008, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura (Mapa), comprometeu R\$ 157,5 milhões. Foram 43.642 produtores rurais que contrataram 60.120 operações de seguro rural subvencionadas, o que proporcionou cobertura securitária para uma área de 4,8 milhões de hectares (7,3% da área cultivada com culturas anuais e permanentes). Dessa forma o PSR garantiu capitais da ordem de R\$ 7,2 bilhões (4,8% dos recursos do custeio da safra).

Para os produtores paranaenses, essa evolução dos números do seguro vai ser mais sentida no produto que as seguradoras devem oferecer em 2009 e 2010. Desde 2006, as coberturas do seguro de soja, milho e trigo avançaram para mais próximo da realidade do campo. Ainda não são as ideais, mas com a massificação do seguro foi possível melhorar

as condições das apólices. Em Guarapuava, por exemplo, uma das seguradoras começou a safra 2006/07 oferecendo cobertura de 70% da produtividade de 5.880 kg/ha no milho.

Na safra passada evoluiu para 70% de 7.000kg/ha e em 2009 atingiu uma cobertura de 70% de 9.000kg/ha. Ou seja, o gatilho para disparar o sinistro que antes era de 4.116kg/ha passou para 6.300kg/ha em quatro safras.

Operam com Seguro Rural

Fonte: MAPA

Companhia de Seguros Aliança do Brasilwww.aliancadobrasil.com.br**Seguradora Brasileira Rural**www.brasileirarural.com.br**Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A**www.mapfre.com.br**Allianz Seguros S.A.**www.allianz.com.br**Nobre Seguradora do Brasil S.A.**www.nobre.com.br**Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**www.portoseguro.com.br

ARTIGO

Antônio Márcio Buainain

Antônio Márcio Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp. e-mail: buainain@eco.unicamp.br
publicado no jornal O Estado de S. Paulo, de 14 de julho de 2009

As fontes de crescimento da agricultura

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) acaba de divulgar a atualização do estudo Fontes e Crescimento da Agricultura Brasileira (José Garcia Gasques, Eliana Teles Bastos e Mirian R. P. Bacchi - Mapa, julho de 2009), cujos resultados confirmam mais uma vez que "o aumento da produtividade tem sido o principal fator impulsionando o crescimento da agricultura brasileira".

No período de 1975 a 2008, a taxa de crescimento do produto agropecuário foi de 3,68% ao ano (a.a.), um desempenho robusto diante das dificuldades enfrentadas. Mais importante é que "no período mais recente, 2000 a 2008, o crescimento foi ainda maior - 5,59% como média anual", o que indica que o dinamismo do setor não arrefeceu.

Esse resultado é mais visível - e impressionante - se traduzido em quantidades de alguns produtos: em 1975 produziam-se, em 1 hectare, 10,8 quilos de carcaça de carne bovina; hoje são 38,6 quilos. Nesse mesmo período de 33 anos, a área de pastagem passou de 165 para 171 milhões de hectares, uma expansão insignificante - o que no caso é altamente positivo - de apenas 3,6%; a produção de leite por hectare multiplicou-se por 3,6, e a de carne de aves saltou de apenas 372,7 mil toneladas, em 1975, para 10,18 milhões, em 2008.

É preciso qualificar o crescimento, pois, mesmo desejável, uma taxa elevada não pode ser considerada virtuosa se está baseada na depreciação de recursos naturais e na superexploração da força de traba-

lho. Esse seria um crescimento espúrio insustentável e cada vez mais inaceitável. Não é o caso da agricultura brasileira, cujo dinamismo e expansão estão baseados no uso cada vez mais eficiente dos recursos disponíveis.

A Nota Técnica do Mapa estima a Produtividade Total dos Fatores (PTF) - melhor indicador do uso dos recursos na agricultura -, as produtividades de cada fator e as fontes de crescimento. No período 1975-2008 a PTF cresceu 3,68% ao ano, enquanto a taxa de crescimento dos insumos foi praticamente nula (0,01%). "Conclui-se, portanto, que o crescimento da agricultura tem sido estimulado quase exclusivamente pelos acréscimos de produtividade", dizem os autores. A utilização de mão de obra diminuiu, a área cresceu apenas marginalmente (0,12% a.a.) e o capital foi o fator que mais cresceu (0,3% a.a.), o que significa que "a agricultura vem se expandindo com menor uso de trabalho, com área praticamente constante e com maior tendência de aumento no uso de capital sob a forma de máquinas e fertilizantes", o que é positivo. Deve-se destacar que, na década atual, a PTF cresceu 4,98%, mais do que a média do período todo, confirmando a importância ainda maior da inovação para o crescimento do setor.

Segundo o estudo, a Produtividade do Fator Trabalho (PFT) foi a de crescimento mais elevado no período (4,09% a.a.), seguida da produtividade da terra (3,55% a.a.) e do capital (3,37% a.a.), donde "se concluiu que o aumento da PTF está ocorrendo especialmente pelo crescimento

da produtividade do trabalho". No passado, esse resultado foi decorrente da mecanização impulsionada por créditos subsidiados, que provocou uma migração massiva e acelerada dos trabalhadores rurais, com todas as distorções sociais associadas. Os cuidadosos autores fizeram a decomposição das fontes do crescimento da PFT e concluíram que "a quase totalidade do aumento da produtividade do trabalho se deve ao aumento da produtividade da terra, e não à mecanização". A produtividade da terra, como se sabe, está mais associada às inovações de natureza biológica, no nível de qualificação do recurso humano, e à gestão.

A comparação com outros países revela que o crescimento da PTF no Brasil foi o mais elevado (4,98%, entre 2000 e 2008). Na China o crescimento foi de 3,2% entre 2000 e 2006. Nos EUA, de 1,95% entre 1975 e 2006. Na Argentina, que conta com excepcionais recursos naturais, a PTF cresceu 1,84% entre 1960 e 2000.

Esses resultados contribuem para desmistificar a imagem de predadora que equivocadamente se atribui à agricultura. Em 20 anos a produção de lavouras temporárias, permanentes e de carnes incorporou apenas 25 milhões de hectares e o crescimento se baseou quase exclusivamente no uso mais eficiente dos recursos que se traduzem em ganhos de produtividade. Os problemas existem, são localizados e devem ser enfrentados com absoluta energia e seriedade pelos governos e produtores, que são os responsáveis pelo crescimento da PTF e pela preservação dos resultados.

ESTIAGEM

FAEP solicita medidas para trigo, FAT Giro Rural e Proinsa

Diante da apreensão dos produtores com relação à comercialização de trigo, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, solicitou dia 16 o apoio do Ministério da Agricultura para o lançamento imediato de contratos de opção de venda para trigo com exercício em dezembro para garantir renda aos produtores.

Os produtores são os mesmos que plantaram soja e milho e estão sofrendo com os prejuízos da seca e geada. A colheita deverá começar a partir de agosto e a saca de 60 quilos é cotada em média a R\$ 28,34 ou R\$ 472,33/tonelada, conforme a SEAB/PR. Essa cotação está abaixo do custo de produção e do preço estipulado

pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGMP) do governo, de R\$ 555,00/t.

Em fevereiro, a FAEP, em conjunto com entidades parceiras, já havia solicitado ao Ministério a elevação do preço mínimo de garantia do trigo e apoio à comercialização da produção nacional.

O maior produtor de trigo do país respondeu ao apelo do governo para plantar e garantir parte do abastecimento nacional. A previsão do IBGE é de que o estado deva produzir 3,25 milhões de toneladas. Este volume corresponde a um aumento de 6,2% sobre a produção do ano passado, que foi de 3,06 milhões de toneladas. A área plantada com o trigo subiu de 1,1 mi-

lhão de hectares plantados no ano passado para 1,3 milhão de hectares plantados este ano.

Meneguette também solicitou medidas para equacionar a parcela de 2009 do FAT Giro Rural e do Proinsa (Programa de Refinanciamento de Insumos Agrícolas). Devido à seca e geada que afetaram o Paraná, muitos produtores estão com dificuldades financeiras para quitar esses financiamentos. Para desonerar os custos de produção da agropecuária foi encaminhado documento solicitando que o governo consolide a alíquota zero nas importações de fertilizantes (matérias-primas e formulações), constantes na lista de exceções da TEC (Tarifa Externa Comum).

COM A EMBRAPA

SENAR-PR promove curso de produção de pimenta em Cambará

O SENAR-PR, em parceria com outras entidades, levou no dia 7 de julho o pesquisador da Embrapa Hortaliças de Brasília, Geovani Bernardo Amaro, para ministrar o curso de produção de pimentas a produtores rurais, em Cambará. O objetivo é atender a demanda do município que tem numa indústria local de alimentos mercado certo para a hortaliça que servirá de base para molhos, estimulados pelo Programa de desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil.

Há pouco tempo, o Senar-PR já havia ministrado o curso de Oleicultura Básica, buscando fornecer uma visão geral sobre a produção de hortaliças. Sentindo a necessidade de informações mais específicas sobre a produção de

pimentas, o especialista Amaro trouxe uma análise mais detalhada da cultura que tem 52 variedades brasileiras. As pesquisas mostraram que a jalapeño é a mais apropriada para a região e o clima local podendo absorver a mão-de-obra familiar.

Temas como preparação do solo, produção de mudas, adubação, tratamentos culturais e colheita foram abordados. Cinco produtores estão em fases de testes de variedades, manejo, época de plantio e cultivares com o intuito de implantar a cultura no município. O plantio inicial será de 45 mil sementes com boas expectativas tendo em vista o crescente mercado da pimenta. "A situação local é boa. É um produto interessante com demanda maior do

que a oferta e alta produtividade", disse o presidente do Sindicato Rural do município, Aresteu Sakomoto que também participa do projeto.

A produtividade é de 30 toneladas por hectare. "Os produtores estão percebendo que a pimenta é um bom negócio, e de secundária a hortaliça pode passar no futuro para a principal atividade", complementou. A pimenta é a segunda hortaliça mais exportada pelo Brasil (atrás do melão), embora não tenha tradição de consumo no mercado interno. As pimentas (doces e picantes), além de serem consumidas frescas, podem ser processadas e utilizadas em diversas linhas de produtos na indústria de alimentos.

ARTIGO

Antônio Delfim Netto

Antônio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento.

Publicado no jornal Valor Econômico de 14/07/2009

O bom "PAP"

Ao desembarcarem em Londrina, no Paraná, no dia 22 de junho, o presidente Lula e sua comitiva (os ministros Dilma Rousseff, Paulo Bernardo e Reinhold Stephanes) estavam reconstruindo a saudável tradição, esquecida há uma geração, de apresentar diretamente ao agricultor, o "Plano de Safra", da safra que ele vai plantar. Trata-se de festival simbólico, onde a nação reconhece o papel fundamental do setor agrícola para o bem-estar de todos e pede à natureza "bons tempos" e ao agricultor "coragem e paciência" para enfrentar os riscos caprichosos que aquela lhe impõe. Para estimulá-lo na árdua empreitada, o mais alto representante da nação, o presidente da República, vai pessoalmente dar seu testemunho de solidariedade e apresentar a política pública que lhe dará algum conforto. Complementa, assim o presidente, o enorme suporte que o seu governo tem dado ao setor, com o apoio ao trabalho realizado pela Embrapa, a responsável pela revolução tecnológica da agricultura brasileira.

É impossível deixar de reconhecer que, se cumprido, o Plano Agrícola e Pecuário (o PAP) constituirá um avanço extraordinário. O montante de recursos financeiros prometidos é da ordem de R\$ 108 bilhões, grosseiramente distribuídos entre R\$ 94 bilhões para o custeio e comercialização e de R\$ 14 bilhões para investimentos: R\$ 93 bilhões vão para a agricultura comercial e R\$ 15 bilhões para a familiar. Melhoraram as condições de acesso ao programa dos pequenos e médios produtores e a taxa de juros foi reduzida a 6,25%. O Proger Rural (Programa de Geração de Emprego e Renda) aumentou de R\$ 3 bilhões para R\$ 5 bilhões e o aumento de crédito prometido com relação ao efetivamente concedido na safra 2008/09 (R\$ 65 bilhões) é de 60%. Houve também progresso no reconhecimento de algumas despesas no custeio, na fixação de preços mínimos e no subsídio governamental (que poderia ter sido um pou-



Antônio Delfim Netto

co melhor) aos prêmios de seguro da safra. Em condições meteorológicas normais isso deverá produzir uma ampliação da área plantada e da produtividade na safra 2009/2010, com amplos benefícios para a queda da inflação e o crescimento das exportações.

Há sinais claros que continuaremos a caminhar para uma política agrícola moderna e eficiente, que dará garantia de renda para os produtores: a safra física será segura e os preços poderão ser travados quando eles julgarem conveniente com operações no mercado futuro. Isso ampliará a competição para o financiamento agrícola e reduzirá os seus custos.

Remanesce, ainda, o grave problema (para o agricultor) da dívida acumulada no passado devido à sinistra combinação da volatilidade de renda do setor com as oportunísticas políticas de combate à inflação promovidas pelo governo e que tem sido mal negociada quase anualmente. Resolvido ou melhor, amenizado o problema da volatilidade da renda agrícola pelo desenvolvimento simultâneo do seguro e de instrumentos financeiros para travar os preços, o passo seguinte deverá ser uma negociação benigna da dívida que liberte, definitivamente, o setor agrícola do seu pesadelo.

Há, ainda, duas questões que por sua importância para o crescimento do setor no longo prazo devem ser enfrentadas. Uma é do desrespeito frequente à instituição da propriedade privada, que tende a reduzir os investimentos na agricultura, e a outra é o da relação cada vez mais importante entre a atividade agrícola e a conservação do meio ambiente, que o Estado-espetáculo tende a empurrar sobre ela, aumentando-lhe os custos.

O estatuto da propriedade privada na agricultura tem sido violado cada vez com maior frequência e gravidade e, o que é pior, sob os olhos generosos, mas às vezes excessivamente complacentes, do Estado. Isso, certamente, estimula a violência e os conflitos fora da ordem institucional em que devem ser resolvidos. Recentes pesquisas empíricas feitas sobre a evolução da agricultura chinesa, em resposta ao voluntarismo de Mao, mostraram a importância do respeito à propriedade privada para estimular os investimentos e os ganhos de produtividade nas pequenas e médias propriedades.

Com relação à segunda questão, o discurso de Lula revelou, outra vez, a imensa intuição que sempre supera o conhecimento acadêmico de seus "companheiros". Disse ele em Londrina: "...o que estamos discutindo é a reserva legal, que nenhum outro país do mundo tem. De quem é a obrigação de manter essas grandes reservas? Essa é, em todo o mundo, uma responsabilidade dos governos e não apenas do produtor. Se a sociedade quer a preservação ambiental deve pagar por isso e não jogar todo o esforço nas costas do agricultor..." Essa é a "grande verdade" que vamos ter de incorporar e, com ela, temperar o entendimento simplista excessivamente dominado pelo estilo rococó que, às vezes, ataca nossos ambientalistas. Estes tendem a ignorar o fato elementar que não há produção física sem a geração simultânea de CO²...

CAMPANHA ESTADUAL

Paraná obtém bom índice de vacinação contra aftosa



A campanha de vacinação contra aftosa, realizada no mês de junho, atingiu 96% do rebanho bovino e bubalino do estado, segundo informação da Secretaria estadual da Agricultura. O índice alcançado é um pouco menor do que o da última campanha realizada em novembro, quando foram vacinados 98% dos animais.

Para o médico veterinário da FAEP, Fabrício Monteiro, o índice foi satisfatório porque as campanhas desenvolvidas pelas entidades (Sistema FAEP, e empresas públicas da Secretaria da Agricultura) foram bem conduzidas e o produtor soube, mais uma vez, fazer a sua parte.

Desta vez a Secretaria da Agricultura modificou a estratégia, adotando uma campanha parcial. Nesta campanha foram vacinados apenas os animais com idade de zero até 24 meses. Porém, muitos donos de animais com mais de 24 meses de idade não compareceram nas Unidades Ve-

terinárias para justificar a não-vacinação, porque seus animais estavam desobrigados de receber a vacina. O que não os isentava de fazer o cadastro dos animais adultos.

O cadastro de propriedades e de seus animais é de extrema importância para a sanidade animal porque possibilita a localização e dimensão do rebanho, que são fundamentais para o controle do trânsito de animais e para a vigilância sanitária.

Outro dado interessante da vacinação é que nas áreas onde existe maior incidência de criação de bovinos, como Umuarama e Paranavaí, os índices de vacinação foram superiores a 99% dos animais. De acordo com o cadastro da Secretaria da Agricultura, são 189.971 propriedades existentes com bovinos de zero a 24 meses e 178.358 propriedades com registro de vacinação. Deste total, em 93,89% das propriedades tiveram animais vacinados.

BARBOSA FERRAZ

Alunos do JAA conhecem Vila Velha e o cânion do Guartelá

Alunos do JAA de Barbosa Ferraz realizaram dia 27 de julho visita técnica aos Parques estaduais Guartelá e Vila Velha, nos municípios de Tibagi e Ponta Grossa. Os 30 alunos visitaram locais com a intenção de verificar diferentes tipos de solos, conservação de solos, produtividade na região dos campos gerais, topografia, relevo, erosão hídrica e eólica.

Muitos dos alunos nunca haviam viajado. “Gostei da história envolvida na formação dos parques estaduais, adquiri conhecimento sobre os arenitos e pude conhecer de perto a beleza da natureza, jamais imaginei que teria uma oportunidade como essa”, comenta o jovem Valdinei Peres da Silva.

A arrecadação para a viagem foi feita através do programa “Cine JAA”. Os alunos, juntamente com o instrutor do SENAR-PR, Geremias Cilião, confeccionaram bonês para a divulgação do JAA. Também estavam presentes na viagem dois professores da CEMIC, que apoiou o evento, e o representante do sindicato Rural de Barbosa Ferraz, Heron Rosa Coneglian.

DESENVOLVIMENTO SINDICAL

Dirigentes sindicais participam de Programa



Na última sexta-feira 10, o Sistema FAEP, em parceria com o SEBRAE, realizou em Curitiba, o segundo encontro do treinamento do Programa Desenvolvimento Sindical, da Fase III. A professora da UFPR Vânia Di Addario Guimarães falou sobre a estrutura da formação de preços de cinco cadeias produtivas da agricultura, como soja, milho, trigo, além de pecuária de corte e leiteira.

Em entrevista ao “jornal do Brasil”, na semana passada, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu a reformulação da legislação vigente sob o argumento de que, aplicado no seu formato atual, o Código Florestal penalizaria com pesadas multas metade das atuais seis milhões de propriedades rurais

ENTREVISTA REINHOLD STEPHANES

"Precisamos de racionalidade e equilíbrio"

Defensor da “racionalidade e do equilíbrio”, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sustenta a reformulação da legislação vigente sob o argumento de que, aplicado no seu formato atual, o Código Florestal penalizaria com pesadas multas metade das atuais seis milhões de propriedades rurais. – 1 milhão delas perde a condição de continuar produzindo – diz o ministro.

Por que o senhor está levantando essa polêmica?

Reinhold Stephanes - Se nós pegarmos toda a legislação de utilização do território brasileiro e colocarmos isso no mapa, vamos observar que a medida que fomos construindo a legislação, as consequências não foram dimensionadas pelos nossos legis-



ladores ou técnicos. Até mesmo porque muitas decisões foram tomadas por razões ideológicas ou por pressão de determinados movimentos, ou até mesmo de maneira rápida e irracional, sem preocupação sobre a extensão dessas atitudes. O último exemplo é portaria 96/2008, assinada pela então ministra Marina Silva (do Meio Ambiente). Essa medida inclui 15 milhões de cerrado no bioma Amazônico e impede o acesso de mais de cem municípios a financiamento para a agricultura. Ou seja, municípios consolidados há 250 anos em termos agrícolas. Sempre se toma medidas gerais sem muita reflexão.

E qual a base científica do estudo da Embrapa?

RS - Pegamos todas as terras indígenas demarcadas e colocamos no mapa; todas as reservas federais, estaduais e municipais; os rios, áreas inundáveis, várzeas, tudo aquilo que não pode ser utilizado pela legislação vigente. A Embrapa fez isso com recursos modernos via satélite. Depois a Embrapa incluiu no mapa os topos de morro e encostas. Por fim, foram contabilizadas as reservas legais que cada propriedade é obrigada a manter. A soma de tudo isso resulta na sobra de apenas 33% do território nacional, 67% não é utilizável de forma convencional que conhecemos hoje.





Mas o senhor diz que ainda existem outras restrições.

RS - É o mapa da biodiversidade, com prioridades divididas entre alta e extremamente alta. Vimos que além dos 67%, mais 10% do território passariam a ter restrições possivelmente futuras. Aí se chega à conclusão de que 77% do território nacional não é considerado utilizável para fins de produção agrícola e pecuária. Além disso, se somarmos todos os pedidos que ainda existem de demarcação de terras indígenas e de quilombolas em tramitação, verificamos que se esgota o mapa do Brasil.

Isso justifica a flexibilização das regras no grau em que está sendo colocada?

RS - Isso mostra a necessidade de uma rediscussão dessa legislação. O Código Florestal, de 1965, já sofreu alterações em praticamente 80% de seus artigos. Alguns itens já foram mudados de cinco a seis vezes. Então não é mais aquele Código inicial. Ao lado disso, surgiu ao longo do tempo todo um arcabouço de normas, portarias ministeriais, decretos, atos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. Isso cria um conjunto extremamente volumoso de normas e regras, muitas delas conflitantes entre si.

Onde, concretamente, essas regras inviabilizam a produção agrícola?

RS - Um estado como o Paraná tem

4 milhões de hectares ocupados pela produção agrícola. Se esse conjunto de leis fosse aplicado integralmente, de 50 mil a 80 mil propriedades paranaenses se tornariam antieconômicas e deixariam de produzir 15 milhões de toneladas de grãos, o que representa em torno de 25% de redução da produção total atual do estado. Ou seja, entre 50 mil e 80 mil famílias poderão ter de migrar para as cidades. E quanto à emissão de gases de efeito estufa, o Paraná apresenta balanço positivo – o cultivo de soja pelo sistema de plantio direto é uma tecnologia limpa do ponto de vista ambiental.

E em termos nacionais?

RS - Em todo o Brasil eu diria que se todas as normas fossem efetivamente cumpridas, metade das 6 milhões de propriedades agrícolas ficaria irregular perante um ou outro item dessa legislação, ou seja, sujeito a uma sanção. E as sanções são muito elevadas, geralmente fogem ao padrão de renda da maioria dos agricultores, variando de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil. Às vezes, R\$ 15 mil é a renda anual de um agricultor. Então isso se torna totalmente inviável. E 1 milhão de proprietários perderão a condição de continuar produzindo. É uma situação grave que deve ser analisada. Por que não se pode plantar em várzea, ninguém entende esse absurdo, pois no resto do mundo isso é possível.

O Código Florestal, de 1965, já sofreu alterações em praticamente 80% de seus artigos. Alguns itens já foram mudados de cinco a seis vezes. Então não é mais aquele Código inicial

E a solução seria regras menos rigorosas, como está sendo colocado?

RS - Precisamos de racionalidade e equilíbrio, fazer uma análise dessas regras em duas etapas. Primeiro identificar e atacar aqueles pontos sensíveis que podem criar tumulto no meio rural, como o impedimento de cultivar em várzeas no Rio Grande do Sul. É preciso permitir isso já, do contrário, qualquer fiscal pode ir lá e proibir. Mesma situação do café plantado em topo de morro ou encosta, das frutas em São Joaquim, em Santa Catarina, que ocupam áreas acima da altitude permitida. Essas coisas precisam ser resolvidas já. São cinco ou seis pontos dentro do Código Florestal. Num segundo momento faríamos uma revisão geral da legislação, consolidando tudo isso num Código Ambiental, mais amplo do que o atual, restrito às florestas. Mas de uma forma mais organizada, sistematizada e dentro de uma estratégia que atenda à ideia de produzir e proteger com racionalidade, bom senso e equilíbrio.

Mas se o Brasil é campeão em desmatamento, essa flexibilização não acabaria incentivando ainda mais a devastação ambiental?

RS - Não se houver bom senso, equilíbrio e racionalidade. Pode até haver entendimento para isso se os radicalismos forem deixados de lado. Essa é uma decisão que a sociedade tem de tomar. Se achar que vamos parar de produzir e recompor todos os biomas do passado, então a sociedade vai pagar o preço disso e acabou. Uma coisa é a biodiversidade, outra coisa é a emissão de gases de efeito estufa. Se nós quisermos recompor a biodiversidade de 500 anos atrás, teremos de arcar com isso. Não são os 7% do território brasileiro ocupados com a produção de grãos que geram o aquecimento global. Quem polui o rio Tietê não é o agricultor. O rio nasce limpo, fica poluído quando atravessa São Paulo e volta a ficar limpo depois que sai da região metropolitana.

LINDOESTE

Concluído curso De Olho na Qualidade Rural

Na última semana do mês de junho foi concluído o curso De Olho na Qualidade Rural em Lindoeste, aplicado a comunidade de Cerro Azul.

O treinamento contou com a parceria entre Emater e Prefeitura Municipal. As aulas ministradas pela instrutora do SENAR-PR Claudete Figueiredo tiveram resultados excelentes. Segundo os produtores o curso além de melhorar a propriedade rural promoveu união de grupo, motivando interesse em novos cursos do SENAR-PR.



CADEIA PRODUTIVA

Encontro de apicultores em Prudentópolis

No dia 3 de julho foi realizado o IX Encontro de Apicultores de Prudentópolis, organizado pela parceria entre Unicentro, Emater e Acesa (Associação Centro Sul de Apicultores). O evento contou com o apoio do sistema FAEP/SENAR-PR. O supervisor regional de Irati, Eduardo F. Mercado, abriu o evento e destacou

a importância do empreendedorismo para fortalecimento do setor agrícola.

Segundo ele, é necessário agregar valor à cadeia produtiva de mel assim como todos os seus produtos. O encontro foi marcado por palestras técnicas que ensinavam novas maneiras de comércio.



TRANSPORTE COLETIVO

Segurança no trânsito de Abatiá



O Sindicato Rural de Abatiá, em parceria com a Prefeitura Municipal e Secretaria da Educação e SENAR-PR, realizou de 06 a 10 de julho curso de Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros – Eficácia, Responsabilidade e Segurança.

O curso contou com 25 participantes, e o instrutor técnico do SENAT – Santo Antonio da Platina, Joel de Lima Fonseca, disse que está sendo de grande aprendizado para os participantes.

SERTANÓPOLIS POSSE

Antônio Osvaldo Terassi reassumiu o Sindicato Rural de Sertanópolis para o triênio 2009/2012. Milton Martinez tomou posse como vice-presidente, Carlos Alberto Mastrascos e Lincon Prosdócimo Dias assumem como secretários do sindicato.

EMPREENDEDOR RURAL

SENAR-PR forma nova turma de instrutores do PER



O Programa Empreendedor Rural (PER) desde sua criação não parou de crescer, e cresceu tanto que foi “exportado” do Paraná para o Brasil. Diante disso o SENAR-PR está tratando de formar os instrutores que irão trabalhar com os projetos que já estão surgindo em cada canto do país. No dia 11 de julho, em Curitiba, a primeira turma de novos instrutores foi formada.

Do dia 06 ao dia 10 de julho os 21 participantes estiveram na capital paranaense para concluir o treinamento de formação para novos instrutores do Programa. Os participantes vieram de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e alguns do interior do Paraná. O instrutor do SENAR-PR, Gumercindo Fernandes, disse que os participantes estão bem aplicados, animados

e principalmente interessados no conteúdo. “Alguns já estão trabalhando com turmas do PER em seus estados”, disse.

Sobre o curso para os novos instrutores, Fernandes conta sobre o objetivo do treinamento, ao explicar que a proposta é mostrar a eles, que estão começando agora, a metodologia do Empreendedor Rural. O instrutor do SENAR-PR, Guilherme Costa de Matos, que foi habilitado recentemente neste curso, considera o papel dos instrutores do PER mais importante para os participantes do Empreendedor Rural. “É muito bom porque a gente deixa de ser instrutor ou um professor que só fala verdades para se tornar um facilitador”, falou Matos.

Uma turma só de mulheres em Tapejara

Em Tapejara 25 agricultoras formam uma turma do PER. Elas se reúnem desde 26 de junho para desenvolver o projeto, que está sendo realizado no Sindicato Rural de Tapejara.



AGRONEGÓCIO

Sindicato promove Empreendedor Rural em Assis Chateaubriand

Com o objetivo de estimular o poder pessoal dos empreendedores do agronegócio, de forma a ampliar sua capacidade influenciadora nas transformações do setor, o Sindicato Rural de Assis Chateaubriand realiza de 21 de julho a 10 de novembro, no CTA (Centro de Treinamento Agropecuário), o Programa Empreendedor Rural.

No dia 7 aconteceu a sensibilização onde o instrutor do SENAR-PR Valdemar da Silva Melato apresentou o conteúdo que será trabalhado no decorrer do programa, que acontecerá em parceria com o CTA (Centro de Treinamento Agropecuário).

Um das convidadas à sensibilização que confirmou presença no empreendedor, Carmem R. Krampe, comenta sobre suas expectativas: “Eu estou muito ansiosa, sempre quis participar deste programa, quero poder implantar na propriedade do meu pai os conhecimentos aqui adquiridos”. Segundo ela, a apresentação do programa que ocorreu na sensibilização foi bem explicativa e atraente para o público, fazendo com que todos enxergassem a grande oportunidade.

Esse é mais um dos muitos treinamentos que o Sindicato Rural de Assis Chateaubriand oferece aos

produtores rurais, sempre com o objetivo de colaborar para uma inteira administração da propriedade rural e uma melhor qualidade de vida do agricultor.



JURÍDICO

Marcia Rodacoski

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.

marcia_rodacoski@uol.com.br

O intervalo mínimo de descanso do trabalhador rural

A pesar da existência de regra específica que regula o intervalo para refeição e descanso no trabalho rural, conforme o disposto no artigo 5º, da Lei nº 5.889/73, igualmente aplicável a norma de caráter geral preconizada no § 4º do artigo 71 da CLT, pelo que inadmissível supressão do intervalo intrajornada. Nestes termos o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, ao fixar em no mínimo uma hora o intervalo de alimentação: "INTERVALO INTRAJORNADA. RURÍCOLA. ARTIGO 71, § 4º, DA CLT. APLICABILIDADE. Nos termos do artigo 5º, da Lei nº 5.889/73, o intervalo intrajornada do trabalhador rural é concedido conforme os usos e costumes da região. Tal regra, entretanto, não autoriza a concessão de intervalo intrajornada inferior a período de uma hora, mormente porque que o artigo 5º, § 1º, do Decreto nº 73.626/74 (que regulamenta a referida lei) determina expressamente que será obrigatória, em qualquer trabalho contínuo de duração superior a 6 (seis) horas, a concessão de um intervalo mínimo de 1(uma) hora para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região. Assim, faz jus ao pagamento da hora extraordinária acrescida de adicional, o trabalhador rural que não gozou intervalo intrajornada de, no mínimo, uma hora. Precedentes SDBI-1." (RR-1469/2006-052-15-00.7, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos).

Eventual supressão do intervalo de alimentação gera, pois, em favor do empregado indenização

correspondente ao período, caso em que é devido o pagamento de uma hora diária a título do intervalo intrajornada não concedido, nos termos da Orientação Jurisprudencial 307 da SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. A jurisprudência moderna, dessa forma, entende que a legislação que rege o labor no meio rural não afasta a aplicação da norma geral e inerente ao trabalho urbano, fazendo jus o rurícola ao pagamento do intervalo intrajornada suprimido, ainda que na existência de usos e costumes próprios da região.

Assim, o disposto no o artigo 5º, da Lei nº 5.889/73, não gera o afastamento da norma de caráter geral, tendo em vista o seu intuito protetivo, de preservação da saúde, higiene e segurança do trabalhador, sendo obrigatório o intervalo mínimo de uma hora disposto no artigo 71, § 4º, da CLT.

Não se extrai do conteúdo do artigo 5º da Lei nº 5.889/73, por outro lado, qualquer proibição relativamente à concessão de um segundo intervalo intrajornada. Ao reverso, tal possibilidade encontra-se perfeitamente autorizada mediante a referência expressa aos usos e costumes da região, não havendo incompatibilidade entre as regras que prevêm o intervalo intrajornada para o trabalhador rural e aquelas relativas aos empregados regidos pela CLT, ante a harmonia entre as normas e a equiparação dos trabalhadores urbanos e rurais determinada no artigo 7º da Constituição Federal, desde que respeitado o período mínimo.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza

Luiz de Oliveira Netto

Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

Marcos Tosi (redator)

Cynthia Calderon (redatora)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-PR-01878-2007-089-09-00-3

RECORRENTES: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, SINDICATO RURAL DE CAMPO MOURÃO e SINDICATO RURAL DE JANDAIA DO SUL

RECORRIDO: J. E. V.

RELATOR: MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

RESUMO DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: TRT-PR-01878-2007-089-09-00-3 - RECURSO ORDINÁRIO, provenientes da VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR, em que são Recorrentes **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, SINDICATO RURAL DE CAMPO MOURÃO e SINDICATO RURAL DE JANDAIA DO SUL** e Recorrido **J. E. V.**

Inconformadas com a sentença da lavra do Juiz Daniel José de Almeida Pereira, que acolheu parcialmente os pedidos formulados, recorrem as partes autoras a este E. Tribunal.

Em razões apostas às fls. 249-252, os autores Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Federação da Agricultura do Estado do Paraná Faep, Sindicato Rural de Jandaia do Sul e Sindicato Rural de Campo Mourão postulam a reforma do julgado quanto aos itens: a) Contribuição sindical. Multa do art. 600, da CLT. Vigência.; e b) Honorários de sucumbência. Apesar de regularmente intimado, o réu J. E. V. não apresentou contra-razões.

Insurgem-se os autores contra a decisão de origem que indeferiu o pedido de incidência da multa prevista no art. 600, da CLT. Entendeu o juízo de primeiro grau que a norma em tela foi revogada pela legislação posterior, e, ainda, que possui nítido caráter confiscatório, sendo devida apenas nas hipóteses de cumprimento espontâneo da obrigação. Asseveram os Autores que a norma em tela não foi revogada, sendo certo que a suposta norma revogadora indicou expressamente os dispositivos de lei atingidos por ela, entre os quais não se inclui o artigo consolidado em exame. Pugnam pela observância da norma consolidada em

detrimento da lei n.º 8.022/90.

Prevalece nesta E. Turma o entendimento de que não houve revogação, nem mesmo tácita, do art. 600, da CLT pela Lei 8.022/90. A alteração trazida pelo texto legal em comento foi relativa apenas à competência e à regulamentação do recebimento da contribuição sindical rural pela Secretaria da Receita Federal, não se estendendo às penalidades. Logo, são devidos os juros e a multa estabelecidos no art. 600, da CLT, que não deixou de vigorar, não se aplicando, portanto, a lei n.º 8.022/90 no particular..

CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER** do recurso ordinário dos autores. No mérito, por igual votação, **DAR-LHE PROVIMENTO** para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação o pagamento da multa informada no artigo 600 da CLT, incidente sobre as contribuições sindicais não recolhidas, limitando o valor de cada uma ao montante principal, conforme expressa disposição contida no artigo 412 do Código Civil Brasileiro; e b) fixar os honorários advocatícios no importe de 15% sobre o valor líquido da condenação.

Custas pelo réu, no importe de R\$ 30,00, sobre o valor acrescido à condenação de R\$ 1.500,00.

Curitiba, 21 de maio de 2009.

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA
Relatora

INDICADORES ECONÔMICOS

Mês/Ano		TR (*)	IGP-DI FGV	IGP-M FGV	IPC FIPE	IPCA IBGE	INPC IBGE	TAXA SELIC	VARIAÇÃO CAMBIAL	TJLP- ANUAL (**)
		%	%	%	%	%	%	%	%	%
Acumulado no ano de 2006		2,0377	3,80	3,85	2,54	3,14	2,81	15,08	-8,66	6,85
Acumulado no ano de 2007		1,4453	7,90	7,75	4,37	4,46	5,16	11,85	-17,15	6,25
2008	Janeiro	0,1010	0,99	1,09	0,52	0,54	0,69	0,93	-0,62	6,25
	Fevereiro	0,0243	0,38	0,53	0,19	0,49	0,48	0,80	-4,38	6,25
	Março	0,0409	0,70	0,74	0,31	0,48	0,51	0,84	3,91	6,25
	Abril	0,0955	1,12	0,69	0,54	0,55	0,64	0,90	-2,48	6,25
	Mai	0,0736	1,88	1,61	1,23	0,79	0,96	0,88	-4,48	6,25
	Junho	0,1146	1,89	1,98	0,96	0,74	0,91	0,96	-2,30	6,25
	Julho	0,1914	1,12	1,76	0,45	0,53	0,58	1,07	-1,59	6,25
	Agosto	0,1574	-0,38	-0,32	0,38	0,28	0,21	1,02	4,33	6,25
	Setembro	0,1970	0,36	0,11	0,38	0,26	0,15	1,10	17,13	6,25
	Outubro	0,2506	1,09	0,98	0,50	0,45	0,50	1,18	10,50	6,25
	Novembro	0,1618	0,07	0,38	0,39	0,36	0,38	1,02	10,30	6,25
	Dezembro	0,2149	-0,44	-0,13	0,16	0,28	0,29	1,12	0,17	6,25
Total do ano		1,6348	9,11	9,81	6,17	5,90	6,48	12,48	31,94	6,25
2009	Janeiro	0,1840	0,0100	-0,4400	0,4600	0,4800	0,6400	1,0500	-0,2700	6,2500
	Fevereiro	0,0451	-0,1300	0,2600	0,2700	0,5500	0,3100	0,8600	2,0800	6,2500
	Março	0,1438	-0,8400	-0,7400	0,4200	0,2000	0,2000	0,9700	-2,6909	6,2500
	Abril	0,0454	0,0400	-0,1500	0,3100	0,4800	0,5500	0,8776	-5,9200	6,2500
	Mai	0,0449	0,1800	-0,0700	0,3300	0,4700	0,6000	0,7700	-9,4300	6,2500
	Junho	0,0656	-0,3200	-0,1000	0,1300	0,3600	0,4200	0,7600	-1,0851	6,2500
	Julho	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Agosto	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Setembro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Outubro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Novembro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Dezembro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Total do ano		0,5299	-1,0587	-1,2365	1,9351	2,5666	2,7502	5,4051	-16,5044	6,2500
Acumulado nos últimos 12 meses		1,8449	5,8556	6,2686	6,3107	5,6072	5,9208	12,8270	32,3715	6,2500

FONTES: IBGE, FGV, Banco Central, Receita Federal e Jornal O Estado de São Paulo

(*) = Considerada a taxa do primeiro dia de cada mês.

(**) = No acumulado, refere-se ao valor vigente.

FAEP/DTE

Conseleite Paraná divulga resolução nº 07/2009

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 14 de julho de 2009 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Junho de 2009 e a projeção do preço de refe-

rência para o mês de Julho de 2009.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Junho/2009 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de

referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento; e o preço de referência projetado para o mês de Junho (contido na Resolução 06/2009 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES FINAIS DE REFERÊNCIA¹ DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) – JUNHO / 2009

Matéria-prima	Valores projetados em 16/junho/2009	Valores finais junho/2009	Diferença (final projetado)
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)			
Posto Plataforma	0,8182	0,8165	-0,0017
Posto Propriedade	0,7773	0,7758	-0,0015
Valores de Referência para leite padrão			
Posto Plataforma	0,7115	0,7100	-0,0015
Posto Propriedade	0,6706	0,6693	-0,0013
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)			
Posto Plataforma	0,6468	0,6455	-0,0013
Posto Propriedade	0,6059	0,6048	-0,0011

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está inclusa a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Julho de 2009, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos

preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Julho, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo

com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento, são apresentados a seguir:

VALORES PROJETADOS DE REFERÊNCIA² DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) PARA JULHO DE 2009

Matéria-prima	Valores projetados para julho/2009
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)	
Posto Plataforma	0,8187
Posto Propriedade	0,7788
Valores de Referência para o leite padrão	
Posto Plataforma	0,7128
Posto Propriedade	0,6719
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)	
Posto Plataforma	0,6480
Posto Propriedade	0,6071

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está inclusa a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Julho de 2009 é de R\$ 1,3898/litro.

Curitiba, 14 de julho de 2009

RONEI VOLPI
Presidente

WILSON THIESEN
Vice-Presidente

Deu na imprensa



Só na torcida

Indicado a presidente e responsável por ditar o ritmo da CPI da Petrobras João Pedro (PR-AM) é agrônomo de formação, amigo do presidente Lula e suplente de senador. Disse que foi vice-presidente do Garantido (agremiação folclórica de boi-bumbá de Parintins) entre 1999 e 2000 e hoje só torce.

(Folha de São Paulo)

Otários

Quem ganha até dois salários mínimos é um otário de primeira e trabalha 197 dias por ano para pagar seus impostos. Quem ganha mais de 30 salários mínimos é otário de segunda e rala 106 dias. O grande sonegador ganha perdões e parcelamentos.

(Colunista Elio Gaspari)

Arrimo do governo

Entre outros, os patrocínios à família Sarney: o Instituto Mirante, criado em 2004, com sede no endereço onde funciona o jornal da família, em São Luiz (MA), ganhou R\$ 400 mil do Sistema Eletrobrás, controlado pelo presidente do Senado. A Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês, cujo presidente de honra é Sarney, levou R\$ 660 mil da Eletrobrás, R\$ 1.070 milhão da Caixa Econômica Federal, R\$ 520 mil do Banco do Brasil, R\$ 180 mil dos Correios e R\$ 150 mil do Ministério do Turismo.

(O Globo)

Kombi cinquentona



A Kombi tem um recorde mundial que nunca será ultrapassado. Afinal, há mais de meio século a van é fabricada no Brasil, único país em que o modelo continua em produção. A principal mudança nesses 56 anos ocorreu em 2006, quando o motor refrigerado a ar passou a ser equipada com o motor refrigerado a água 1.4. Os outros dois “velhinhos” são a Parati (Volks), lançada em 1982, e o Fiat Uno em 1984.

(Portal G1)

Vergonha

No Brasil, 11,5% das crianças de oito e nove anos são analfabetas,

segundo o IBGE. O percentual supera a média nacional entre adultos, de 10%. No Nordeste, o índice infantil vai a 23%. No Maranhão atinge o pico nacional: 38%. Apesar de ter havido redução significativa desde 1982, quando o índice nacional era de 47%, o ritmo da melhora vem caindo. Se for mantido, o país não cumprirá a meta, estabelecida pelo movimento “Todos pela Educação”, de ter 100% das crianças plenamente alfabetizadas até 2022.

(IBGE)

Extinção

O Brasil é o país com maior número de espécies de pássaros ameaçadas de extinção em todo o mundo, segundo o mais recente relatório da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, na sigla em inglês). De acordo com o relatório, 122 espécies de pássaros correm o risco de desaparecer no Brasil. Em seguida, vêm Indonésia, com 115, e Peru, com 93.

(BBC)

Crack no campo

O crack avança nas lavouras. De acordo com a Federação da Agricultura de São Paulo, a disseminação de crack nas lavouras paulista é tão grande, que empregadores chegam a pagar os salários dos trabalhadores rurais com entorpecentes.

(FAESP)

Rumo à china

No mês de junho, o continente asiático tornou-se o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, por apresentar crescimento de 78,8% na compra de produtos agropecuários. Os negócios entre Brasil e os países asiáticos levaram o continente a desbancar, por exemplo, a União Europeia, que diminuiu sua participação de 31,6% em junho de 2008 para 26,4% em junho de 2009.

(Notícias agrícolas)

Nas alturas

A taxa de juros do cheque especial chegou a 7,54% ao mês em junho, a menor identificada desde 1995, quando se iniciou a apuração das taxas pela Anefac (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade).

(ANEFAC)

Obs: os juros dos cartões de crédito superam 10% ao mês, no melhor negócio do mundo....para os bancos, Visa e Mastercard.

É dos carecas...

Um programa de computador promete prever a perda de cabelo em homens, ajudando na ansiedade daqueles que já se sentem preocupados com o recuo do cabelo - as temidas entradas. Criado por cientistas alemães, a calculadora da calvície promete prever a exata idade em que a pessoa ficará calva ou vai perder a maior parte dos cabelos - ou até assegura que seus cabelos ficarão intactos até a velhice. O programa faz um questionário sobre a idade, estado civil, ocupação e lugar onde a pessoa mora, além de questionar sobre o atual estado do cabelo do homem, o histórico de calvície na família e o seu nível de stress. (O Estado do Paraná)



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

Reserva Legal (SISLEG)

1- Se não existir vegetação nativa no imóvel ou se ela for insuficiente para atender a exigência legal, ela poderá ser compensada em outro imóvel rural?

(Produtor de Chopinzinho)

R. Sim, desde que o imóvel cedente e o imóvel receptor estejam no mesmo Bioma, mesma Bacia Hidrográfica e mesmo Grupo de Municípios. As áreas de preservação permanente, tanto do imóvel cedente como o receptor da Reserva Legal, devem estar preservadas ou em processos de recomposição. Entende-se como recomposição as áreas que tenham a vegetação nativa em desenvolvimento, naturalmente ou plantadas, em um estágio que garanta a sua sobrevivência.

Entretanto, não poderão receber reserva legal em compensação, os imóveis localizados, mesmo que parcialmente, nas áreas prioritárias - Corredores de Biodiversidades, Entorno de Unidades de Conservação e Interior de Áreas de Proteção Ambiental – APA -

2- Tenho BHC em minha propriedade, porém está enterrado. O que devo fazer?

(Produtor de Londrina)

R - De acordo com a Lei Estadual 16.082 de 17 de Abril de 2009 dia 30 de novembro é o fim do prazo para o produtor se autodeclarar detentor do BHC e outros agrotóxicos proibidos.

No decorrer deste período, o senhor deve :

- a) Preencher a autodeclaração, que está disponível nos escritórios da Emater ou Secretaria de Estado da Agricultura, Sindicatos Rurais e cooperativas.
- b) É muito importante preencher o formulário de autodeclaração indicando exatamente onde o produto está enterrado.
- c) Guardar o protocolo de entrega e aguardar o agendamento para retirada do BHC.

Talvez esta seja a última oportunidade de livra-se deste produto. Amparado totalmente pela Lei e principalmente com custo zero relacionado à remoção deste agrotóxico. Lembre-se mesmo que o produto esteja enterrado ele continua prejudicando o meio ambiente e principalmente contaminando o lençol freático e consequentemente a água que esta sendo consumida nesta propriedade. (Carla Beck é agrônoma do DTE/FAEP) - carla.beck@faep.com.br

Seguro rural

1 - Que requisitos e documentos devo ter para ser beneficiado pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do governo federal?

R- O produtor deve estar adimplente com a União, assinar e entregar o documento "Termo de Responsabilidade do Produtor Rural", juntamente com a Proposta de Seguro, observar o zoneamento agrícola e não ter adquirido cobertura do Proagro ou do Proagro Mais para a mesma lavoura e na mesma área.

2- Que riscos o seguro agrícola me garante?

R- Esta modalidade de seguro geralmente cobre as explorações agrícolas contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos meteorológicos. Cobre basicamente a vida da planta, desde sua emergência até a colheita, contra a maioria dos riscos de origem externa, tais como, incêndio e raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e variação excessiva de temperatura. Geralmente não estarão cobertos por este seguro os riscos provenientes de doenças, pragas e seca para as culturas irrigadas. Antes de assinar o contrato, o produtor deve verificar essas informações com a Seguradora.

3- O seguro agrícola cobre 100% da produtividade para soja ou milho?

R - O seguro cobre faixas que variam, na maioria das seguradoras, de 50% a 75% da produtividade estipulada como média do município. O produtor deve pesquisar qual a melhor seguradora que atende suas necessidades e verificar as vantagens, o custo/benefício e se há pagamento de franquia em caso de sinistros.

4 - Não sou cliente do Banco do Brasil. Como faço para fazer um seguro agrícola na Aliança Seguradora?

R - A Aliança trabalha por enquanto somente com clientes que financiam no Banco do Brasil. A dica é fazer uma conta corrente no banco e financiar pelo menos uma parte da área. Dessa forma a Aliança pode fazer o seguro de toda a área e não apenas da parte financiada.

5 - Sou cliente do BB. Como faço para fazer um seguro agrícola de toda a área de minha propriedade na Aliança Seguradora, se não financio toda a área? É possível fazer o seguro em outra seguradora?

R - Para quem é cliente do Banco basta financiar uma parte da área que a Aliança faz seguro para toda a propriedade. O produtor que é cliente do banco pode contratar outra seguradora que apresente condições iguais ou melhores que a Aliança. Verifique sempre a cobrança de franquia em caso de sinistro e outras condições, além do preço. O ideal é negociar com o gerente da agência, pois os bancos sempre cobram reciprocidades dos clientes. (Pedro Loyola é economista do DTE/FAEP)

REGULAMENTAÇÃO

Um chute na informalidade



Darci Miola aceita tributo único para ter direitos

O SENAR-PR e o SEBRAE trabalham na divulgação do Micro Empreendedor Individual (MEI) uma nova categoria de empresário, que pretende tirar da informalidade quem tem um pequeno negócio. Vendedor ambulante, camelô, cabeleireiro, pipoqueiro, feirante e afins, poderão ser assistidos por direitos e vantagens que só o trabalho formal oferece. Aproveitando a divulgação do MEI, o SENAR-PR está divulgando a Legislação Previdenciária Rural, que concede ao produtor rural os benefícios da Previdência Social.

O interessado em se cadastrar no MEI deve ter renda máxima de até R\$ 36 mil ao ano e não ser sócio de outra empresa e ter atividade em conformidade com as normas do município. Atendendo estes requisitos o pequeno empresário pagará

um imposto único de no máximo R\$ 57,15. Além disso, o empresário poderá contratar um empregado, pagando um salário mínimo ou o piso da categoria.

O Produtor Rural Pessoa Física que trabalha em regime de economia familiar e sem empregados já tem uma legislação específica. Este produtor recolherá uma contribuição de 2,3% sobre a comercialização da sua produção. Deverá também fazer seu Cadastro de Produtor (CAD/PRO) na prefeitura de seu município e emitir a nota fiscal de produtor rural pessoa física, ficando regularizado com a Receita Estadual e Federal e INSS.

“O produtor tem que pagar algum imposto, assim a gente trabalha mais tranquilo sabendo dos direitos que a lei nos proporciona,”

concorda o produtor rural e feirante Darci Miola. O técnico do departamento de arrecadação do SENAR-PR José Luiz Machado falou da importância do trabalho de orientação, pois a maioria destes pequenos empresários, tanto feirantes como produtores rurais desconhecem a legislação. “Caso o produtor ou o empreendedor não regularizar a situação, não terá direito aos benefícios da Previdência Social”, falou Machado.

Dúvidas e informações**Sobre o Micro Empreendedor Individual:**

0800-570 0800

www.sebrae.com.br**Sobre o produtor rural: SENAR-PR:**

41 2106-0401

www.senarpr.org.br

IMPOSTO

Curso on-line sobre Imposto Territorial Rural e ADA

O administrador da FAEP Luiz Antônio Finco ministrou curso on-line sobre preenchimento da Declaração do Imposto Territorial sobre a propriedade Rural (ITR) e o Ato Declaratório Ambiental (ADA), nos dias 15, 16 e 17 de julho.

Todos os anos os proprietários de imóveis rurais são obrigados a entregar à Receita Federal, o ITR. Este ano prazo para realizar a declaração é de 10 de agosto até 30 de setembro.

Além disso, Finco também mostrou a importância do Ato Declaratório Ambiental (ADA), um instrumento legal que se realizado possibilita ao proprietário rural uma redução de ITR. As áreas de preservação ambiental que forem declaradas corretamente ao IBAMA ficam isentas do imposto.

Segundo o administrador, as maiores dificuldades dos funcionários tem sido declarar a ADA nas áreas acima de 200 hectares onde existe pecuária ou exploração extrativa de madeira. Nestas propriedades o produtor necessita de cálculos mais precisos. No caso da pecuária deve-se avaliar a média

do número de animais no imóvel rural.

Anualmente o SENAR-PR disponibiliza o curso nos centros de treinamento de Assis Chateaubriand, Ibiporã, Pato Branco e da capital paranaense. Caso o funcionário do sindicato necessite de mais informa-

ções ele pode entrar em contato com os profissionais da FAEP ou consultar o site (www.faep.com.br).

As informações também estão disponíveis nos sites da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) e do IBAMA (www.ibama.gov.br/ada-web).



SINDICATO RURAL

Curso Classificação de Grãos em São João

Do dia 13 a 16 de julho o Sindicato Rural de São João ofertou o curso Classificação de Grãos. As aulas, ministradas pelo instrutor do SENAR-PR Zeno Alceu Hetka, abordaram temas como legislação e classificação vegetal, identificação de grupos, identificação de classes, determinação das impurezas e matérias estranhas, determinação de umidade entre outros. Para ser realizado o evento contou com o incentivo do Sistema FAEP/SENAR-PR em parceria com a cooperativa Coasul.



GÁS NATURAL

Há um cheiro de metano no ar

Na Inglaterra, louca; na Índia, sagrada; nas histórias infantis, "Mimosa".

Em vez disso, as vacas (e os bois) estão sendo apresentados por ambientalistas e acadêmicos de indiscutível seriedade, como o novo perigo para o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio. Multiplicam-se os dedos apontados e os temores de que os arroto e "pums" recheados de metano e CO₂ de 1 bilhão e 500 milhões de bovinos, dos quais 200 milhões no Brasil, estão colocando em risco o planeta.

No início deste mês, porém, em trabalho apresentado na 20ª reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina, no Ministério da Agricultura, pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (USP) desmentiram esses temores. "O gado não é o vilão da destruição da camada de ozônio", disse o professor Marcelo Galdas, do Laboratório do Centro de Energia Nuclear na Agri-

cultura daquela Universidade.

Para ele, as pesquisas demonstraram que todos os gases de efeito estufa (gás carbônico, óxido nitroso e metano) representam apenas 20% do total da emissão mundial. "Há uma distorção dessa imagem do gado como grande emissor" diz ele.

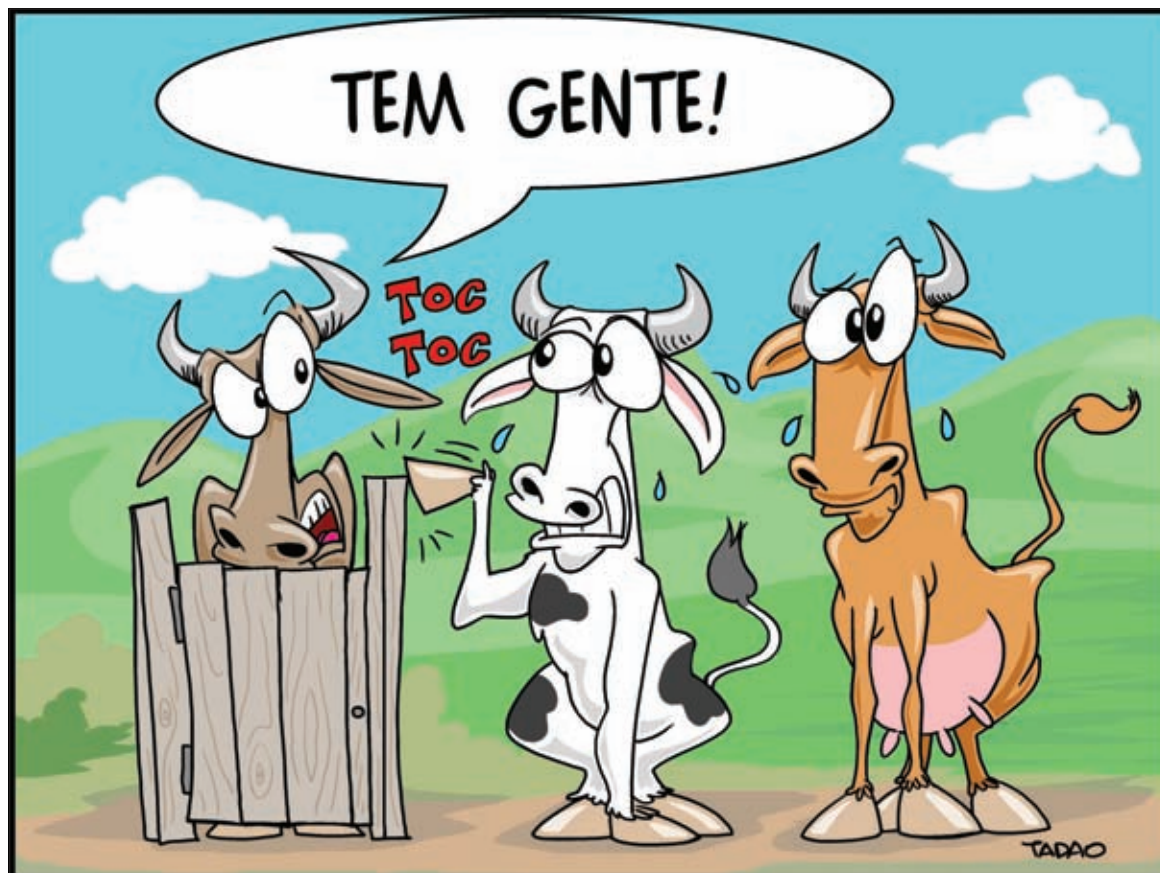
Até alho

Estudos de organizações ligadas à Agricultura e Alimentos dos EUA calculam que em 2030 a agropecuária será responsável por 60% dos gases estufas no mundo. Os ruminantes digerem os alimentos em quatro estômagos, ao invés de um estômago e no intestino grosso, como os humanos. Esse processo e as bactérias existentes nos estômagos resultam também na produção de metano.

Na Nova Zelândia, em 2007, começaram a incluir alho na ração do

gado e ovelhas buscando a redução do metano, e na Alemanha distribuiu-se pílulas para evitar os gases dos bovinos. Há uma notória controvérsia de opiniões acadêmicas sobre a questão da produção de metano por bovinos em todos os cantos do mundo. O grande diferencial, todavia, entre a criação de gado no Brasil, Austrália e Nova Zelândia e a Europa e Estados Unidos está no manejo dos animais. "Enquanto nós, os australianos e neozelandeses criamos nossos animais no pasto, os americanos e europeus utilizam confinamento. O resultado é que boa parte dos gases de efeito estufa são reabsorvidos na formação do novo pasto, enquanto na América e Europa até o lençol freático está comprometido pelos dejetos dos animais", diz Fabrício Monteiro, veterinário do Departamento Técnico-Econômico da FAEP.

Há uma notória controvérsia de opiniões acadêmicas sobre a questão da produção de metano por bovinos em todos os cantos do mundo



GASTRONOMIA

O requinte francês aplicado em ingredientes paranaenses

O restaurante-escola do SENAC foi decorado com motivos que lembravam a França, bandeira, miniaturas da Torre Eiffel que, além da iluminação, davam o tom do ambiente. Esta produção toda faz parte do Festival Gastronômico Francês, que é uma realização da parceria entre o Sistema FAEP e o Sistema Fecomércio.

Na noite de 15 de julho o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, o vice-governador Orlando Pessuti, o secretário da Agricultura, Valter Bianchini, a deputada Cida Borghetti entre outras autoridades, degustaram os pratos da culinária francesa com ingrediente da agricultura paranaense. No jantar, Ronei Volpi, superintendente do SENAR-PR, falou da satisfação em promover parcerias entre as instituições que realizam os festivais gastronômicos.

Ágide Meneguette disse que um dos grandes objetivos do evento é o incentivo e a promoção dos produtos paranaenses. "E tenho certeza que os resultados já são percebidos", disse.

O supervisor do restaurante-escola Lucio Marcelo Chrestenzen disse que o festival está sendo um sucesso, pois tem atingido as metas previstas pelo SENAC. "Nossos objetivos são a capacitação dos alunos, o incentivo da cadeia produtiva e principalmente a valorização dos produtos da região.

Chrestenzen falou também dos desafios para a realização do festival. Disse que a organização foi ousada, porque desta vez o festival será realizado à noite, pelos serviços serem "empratados", e também pela vinda do chef Francis Carcel.

O festival tem atingido muitas vezes a lotação máxima, quase sempre recebe mais do que as 120 pessoas, que é o programado para cada noite.

"A procura foi muito grande e abrimos algumas vagas a mais", disse Chrestenzen.

Pode-se dizer que cada prato servido no festival trazia um pouco do significado do evento, assim como a experiência do chef Francis Carcel passada aos alunos do SENAC e as técnicas francesas utilizando ingredientes produzidos na região.

Suprême de Tilápia



Vice-governador Orlando Pessuti, secretário da Agricultura Valter Bianchini, presidente da FAEP Ágide Meneguette, e secretário do Meio Ambiente Rasca Rodrigues

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável